



Transposição e narratividade nos desenvolvimentos da semiótica atual

Ricardo Lopes Leite*

Resumo: Durante muito tempo o conceito de narratividade esteve no pináculo da teoria semiótica erigida por Algirdas Julien Greimas. No entanto, com a incorporação de novas problemáticas e, principalmente, sob a alegação de que a esquematização narrativa não daria conta de uma descrição exaustiva e mais adequada às singularidades dos conjuntos significantes não verbais, das práticas e das interações mais próximas do vivido, o sistema da narratividade foi paulatinamente deixando de ser uma preocupação teórica para os semioticistas. Com o propósito de prestar uma homenagem ao mestre lituano, este artigo se volta para a presença da narratividade nos desenvolvimentos da semiótica atual. Os objetivos são destacar a centralidade desse conceito dentro do modelo teórico de Greimas, examinar os desdobramentos da passagem de uma narratividade *stricto sensu* para uma narratividade *lato sensu* e, sobretudo, ressaltar seu alcance teórico, para além de sua função como ferramenta de análise circunscrita ao percurso gerativo do sentido ou como conceito emblemático da semiótica dita clássica. Assume-se, ao final, a narratividade como *metaesquema*, como um dispositivo de transposição do sentido, que pode ser mobilizado em diferentes níveis, dependendo da visada teórica ou analítica do semioticista, nos vários modelos da semiótica herdeira de Greimas.

Palavras-chave: semiótica, narratividade, transposição, esquematização

E se, no lugar de uma ambição totalizante que procura transfigurar toda a vida e põe em jogo o conjunto do percurso do sujeito, este pudesse proceder a um desmembramento de seus programas, à valorização do detalhe do “vivido”? Se um olhar metonímico e demorado se dedicasse a abordar com seriedade as coisas simples?

(A. J. Greimas, *Da imperfeição*)

Introdução

Desde a partida de A. J. Greimas, em 1992, muito se escreveu sobre ele e sua obra. De homenagens e releituras a aplicações das suas ideias, o leque amplo de trabalhos dos seus discípulos e seguidores atesta a presença marcante do mestre lituano nos avanços da semiótica que ele ajudou a construir. De lá para cá, presenciamos, entre outras coisas, o desenvolvimento da semiótica visual, da sociosemiótica, das práticas semióticas e também da semiótica tensiva. Todas essas abordagens teóricas ampliaram de alguma maneira o alcance teórico-metodológico do modelo erigido por Greimas ao se ocuparem de problemáticas cuja teorização fora apenas prenunciada pelo mestre, como é o caso, por exemplo, do plano de expressão

das linguagens, dos suportes de inscrição dos textos e sua inserção nas práticas e interações, ou ainda da dimensão afetiva do discurso.

No bojo dessas transformações, alguns conceitos permaneceram, outros foram questionados, reformulados ou abandonados. Como se sabe, a narratividade já esteve no pináculo da teoria semiótica, mas, mais recentemente, parece ter deixado de ser uma preocupação teórica para os semioticistas. Bertrand (2014; 2015), por exemplo, cita a renovação dos estudos de narratologia nas ciências humanas, ao mesmo tempo em que demonstra certa perplexidade diante do estranho desaparecimento de estudos semióticos que se ocupem da narratividade.

Se examinarmos grande parte dos estudos semióticos mais recentes, veremos que a narratividade cumpre

* Docente do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará (UFC) e membro do Grupo de Estudos Semióticos (SEMIOCE) na mesma universidade. Endereço para correspondência: { rleite32@hotmail.com }.

basicamente dois papéis, o de ferramenta de análise, quando uma descrição em termos de percurso gerativo do sentido se faz pertinente, e o de conceito mais emblemático, quando se trata de fazer uma retomada historiográfica da semiótica clássica. Com o surgimento de novas problemáticas e a ampliação do campo de pesquisa semiótica, novos conceitos e categorias de análise foram propostos ao mesmo tempo em que todo o sistema da narratividade foi paulatinamente perdendo espaço, sob o argumento de que, presumivelmente, a esquematização narrativa não daria conta de uma descrição mais adequada, mais de acordo com as singularidades dos conjuntos significantes não verbais, das práticas e das interações mais próximas do vivido. Diante dessa constatação, indagamo-nos se a narratividade ainda merece reflexão teórica aprofundada, ou se, de fato, esse conceito se encontra exaurido, do ponto de vista teórico-analítico.

Por mais paradoxal que pareça, o deslocamento da narratividade para o plano secundário das novas abordagens teóricas encontra guarida na fala do próprio Greimas, tanto em um trecho da introdução de *Du sens II* quanto em uma entrevista dada ao semioticista Per Aage Brandt, em 1987. Nos dois casos, Greimas afirma que a mudança de uma definição restrita de narratividade, aplicada exclusivamente à classe de discursos narrativos, para uma definição ampla, em que uma sintaxe narrativa explicaria indistintamente toda espécie de discurso, deixou o conceito de narratividade esvaziado de seu conteúdo conceitual. Segundo ele, há um momento no desenvolvimento de uma teoria em que os conceitos se encontram tão elaborados e determinados, que é preciso abandoná-los.

Bertrand (2014) supõe que Greimas se apoie no movimento natural do progresso científico para justificar a reformulação de determinados conceitos dentro do domínio teórico da semiótica. Assim como houve progresso na passagem das funções proppianas para os papéis actanciais e de uma sucessão canônica dos acontecimentos para o esquema narrativo, a passagem de uma sintaxe narrativa para uma sintaxe modal, por exemplo, também seria vista como etapa de desenvolvimento da teoria.

Fontanille (2007a, p. 88-123), por sua vez, assume explicitamente uma posição radical sobre a questão, quando defende a necessidade de superação dos esquemas narrativos canônicos e, como consequência, da própria narratividade. Segundo Fontanille, assim como toda “redução científica”, a narratividade estava fadada a ser superada e a ambição da semiótica dos anos 60 e 70 por gerar um esquema universal do sentido da ação, a partir da generalização dos esquemas narrativos canônicos, sobretudo do esquema da busca, “parece hoje não somente fora de questão, mas, em seus fundamentos, injustificada” (p.123).

Embora pareça a sentença de morte da narratividade, o impacto desses comentários deve ser examinado mais detidamente, pois é de se estranhar um abandono prematuro de um conceito tão solidamente edificado por Greimas dentro da teoria semiótica. Seria mais razoável supor que o comentário feito por ele possa perfeitamente se referir a uma reformulação, mais do que a uma substituição ou a um abandono de conceitos. Tratar-se-ia muito mais de uma ampliação teórica em que novos conceitos seriam formulados a partir de todo o arcabouço teórico da narratividade. Desse modo, prevaleceria uma continuidade e não uma ruptura dentro do modelo teórico de Greimas.

Seguindo essa linha de raciocínio, o equipamento modal, o sucessor imediato do modelo actancial no percurso teórico da semiótica, seria exemplo desse movimento de ampliação teórica que ocorre por meio de uma concentração conceitual, mas que permanece vinculado à esquematização sintática da narratividade, por duas razões, no mínimo: a) “a modalização constitui parte integrante da narratividade”, embora possa ser abordada de forma autônoma, como pontuam Fontanille e Zilberberg (2001, p. 97-98); e b) o esquema modal não abandona a noção de *actante*. Ou seja, o esquema modal pode ganhar autonomia com relação ao esquema narrativo canônico, mas não prescinde do sistema da narratividade *lato sensu*.

É, portanto, com o espírito de curiosidade científica e com o propósito de homenagear o mestre lituano que nossa atenção se volta para a narratividade. A reflexão que empreendemos aqui consiste em destacar sua presença em alguns dos desenvolvimentos da teoria semiótica, não somente como ferramenta analítica a serviço do modelo clássico, circunscrita ao percurso gerativo do sentido, mas, sobretudo, como *metaesquema* que exerce a importante função de atividade de transposição do sentido em diferentes níveis metassemióticos, dependendo da visada teórica ou analítica do semioticista, conforme veremos mais adiante.

1 A centralidade da narratividade no modelo teórico de Greimas

Não iremos aqui apresentar a historiografia da teoria narrativa desde Propp até Greimas, tampouco fazer uma apresentação dos conceitos de narrativa, de esquema narrativo e de percurso narrativo, haja vista serem termos implicados no sistema da narratividade, já consagrados e explorados exaustivamente no modelo clássico da semiótica, particularmente na descrição do percurso gerativo da significação. O nosso foco é ressaltar aspectos da chamada narratividade estendida ou generalizada pouco comentados pela maioria dos semioticistas.

No projeto semiótico elaborado por Greimas, a narratividade é considerada como o princípio organizador de todo e qualquer discurso, pois, segundo ele, as estruturas narrativas profundas têm condições de explicar o surgimento de toda significação, seja ela verbal ou não. Trata-se de um *modelo actancial* que se mostra apto a explicar a “organização do imaginário humano, projeção tanto de universos coletivos quanto individuais” (Greimas, 1983, p. 50). Desse modo, todo discurso seria, em última instância, narrativo.

O parágrafo acima resume fielmente o pensamento corrente na área da semiótica a respeito da narratividade. O lugar desse conceito na teoria, entretanto, exige uma reflexão mais minudente. Para Greimas e Courtés (2008, p. 328-330), dizer que todo discurso é narrativo é sobretudo reconhecer a existência “de uma organização discursiva imanente” que justifique o fato de que toda atividade discursiva repousa sobre um saber-fazer, ou seja, sobre uma “competência narrativa” que dê conta da leitura e produção dos discursos-ocorrências, uma “espécie de inteligência sintagmática” que possui um modo de existência virtual, como a *langue* saussuriana. Assim, as estruturas semióticas, chamadas de narrativas apenas pela ausência de um termo melhor, regeriam as estruturas discursivas, por serem constitutivas do nível profundo do processo semiótico. A esse respeito, vale citar um trecho escrito por Fontanille (2007a, p. 88), que parece contradizer os autores do dicionário:

As transformações narrativas não são as únicas transformações possíveis em um discurso, figuras, ritmos, gêneros, conjuntos semânticos podem ser transformados sem que isso se traduza em uma transformação narrativa. As transformações narrativas são apenas um dos casos possíveis de transformações discursivas.

Na sequência, o autor apresenta exemplos de obras literárias para mostrar que, em algumas situações, pode ocorrer uma espécie de “estagnação narrativa” que impediria a projeção de uma lógica narrativa para explicar o estatuto dos actantes-sujeitos. Em outros casos, a estagnação seria a própria forma do devir narrativo e, dessa maneira, não haveria transformação nem da situação e nem da identidade dos sujeitos da narrativa.

Essa não parece ser a opinião de Lopes (1989), quando diz que o primeiro traço de individuação do actante é sua “apetência”, que pode ser ativa, quando o sujeito é aquele que quer, ou passiva, quando o objeto é aquilo que é querido. Nesse caso, a relação entre sujeito e objeto é de complementaridade estática, pois ambos se defrontam dentro do “estado histórico”. Em outro caso, essa relação seria dinâmica, pois sujeito e objeto “se situam como uma mesma entidade dotada de diferentes modos de existência, vistas em distintas fases do percurso narrativo como a *potência* e o *ato*” (Lopes, 1989, p. 156). Basta pensar o *querer* como ato

atual, em potência, que projeta um programa narrativo a realizar, enquanto o *fazer* poderia ser visto como uma potência *realizada*, em ato, que se exprime sob a forma de uma operação. O autor acrescenta que “o sentido de um sujeito localizado em qualquer ponto não-terminal da história estaria ligado necessariamente à transformação acionada pela /tensividade/ e liberada pelo querer: na narrativa, como na vida, tudo, em todos os instantes, muda” (Lopes, 1989, p. 157).

Desse ponto de vista, não haveria uma estagnação narrativa concebida como a própria forma do devir narrativo, uma vez que o sujeito semiótico seria sempre um “eu carente”, que a cada instante se revela como sujeito em transição formado, ao mesmo tempo, de uma parte de *ser* de outra parte de *não ser*. A transformação, para o grande semioticista brasileiro, seria condição para a constituição da identidade narrativa do sujeito. Afinal, “o ator narrativo é um *ser histórico* na medida em que o que ele é hoje é o resultado de ter-se realizado em ato o que nele existia em potência ontem, e na medida em que o que nele existe em potência hoje, for realizado feito ato, amanhã” (Lopes, 1989, p. 157).

Sem o propósito de avançarmos nessa problematização, o que nos levaria para além dos objetivos deste artigo, a pergunta que fazemos é se, ao usar o termo *transformação discursiva*, Fontanille (2007a) não lançaria mão de uma lógica narrativizante mínima, só que em um nível mais abstrato de teorização. Se assim o for, nada impede que as transformações discursivas possam ser apreendidas como um tipo específico de transformação narrativa, não numa narratividade restrita ao relato, mas no quadro de uma narratividade estendida ou generalizada. Eis que a narratividade explicitaria, assim, seu alcance metasemiótico, como atividade de transposição.

O surgimento do equipamento modal trouxe avanços teóricos e metodológicos para a teoria semiótica. Segundo Bertrand (2003), com o esquema modal, o modelo actancial deixou de ser “interactancial” e passou a ser “intra-actancial”. No primeiro caso, uma posição actancial era identificada e definida somente pela sua relação com outra posição como, por exemplo, a relação entre destinador e destinatário, assim como a relação entre sujeito e objeto. No segundo caso, o estatuto de um actante é flutuante e pode mudar a cada momento do texto, dependendo da composição modal que lhe é atribuída. Com isso, teríamos uma descrição interna do actante, mais apurada e mais próxima da realidade do discurso. Convém lembrar, no entanto, o fato de que Greimas e Courtés (2008, p. 187) acentuam o princípio sintático das estruturas modais nos seguintes termos:

o exame um pouco mais aprofundado das categorias modais (querer, dever, poder saber) revelou que o seu caráter de ‘termo regente’ não permitiria sua formulação

independentemente do ‘termo regido’, por outras palavras, que não se podia falar de *querer* ou de *poder*, mas, sim, de *querer-fazer* ou de *querer-ser*, de *poder-fazer* ou de *poder-ser*, etc. Como a modalidade é parte integrante do enunciado de fazer ou do enunciado de estado que ela sobredetermina, convém falar em sintagmática, de estruturas modais, enquanto em paradigmática as modalidades podem ser consideradas categorias modais.

Admite-se, todavia, que as estruturas modais fundamentam as macrofiguras da manipulação, da ação e da sanção, mas tendo nos esquemas e percursos narrativos a forma canônica e ideal de sua manifestação. Essas estruturas podem ampliar seus domínios de análise e ganhar certa autonomia em relação às esquematizações narrativas, como acontece, por exemplo, na análise de configurações passionais, como a cólera, ou ainda, em determinadas configurações intersubjetivas, como a promessa.

Essa autonomia do esquema modal, no entanto, pode ser ainda mais relativizada, se, em um exercício de reflexão teórica de nossa parte, pudermos pensar que o modelo intra-actancial esteja diretamente ligado ao interactancial na medida em que aquele é a interiorização deste e este a exteriorização daquele. Tal modo de ver, reduziria ambos os arranjos ao seu caráter narrativo *lato sensu*, como princípio sintático de toda *interação* (fazer) ou *intra-ação* (ser). Diante disso, nada impediria admitirmos uma relação de complementariedade entre os esquemas narrativo e o modal, em que ambos estariam submetidos à esquematização mais geral da narratividade.

Os desenvolvimentos da narratividade também permitiram à semiótica identificar três grandes dimensões do discurso, que podem ser assumidas pelos modelos narrativos: a dimensão pragmática, a dimensão cognitiva e a dimensão patêmica. Conforme explica Bertrand (2003), a dimensão pragmática responde pelo universo da ação e assenta-se numa *racionalidade programada* que põe em cena sujeitos humanos em relação com objetos concretos, já a dimensão cognitiva diz respeito à *narrativização dos saberes* sua manipulação no discurso (aqui se coloca a problemática da veridicção), a dimensão patêmica, por sua vez, se refere às modulações dos estados de alma e à irrupção dos afetos e se funda na *racionalidade do advir*, do acontecimento. Essa dimensão constitui o objeto de estudo da semiótica das paixões. É importante considerar que essas três dimensões são ao mesmo tempo autônomas e solidárias, pelo fato de formarem conjuntos unidos pelos mesmos princípios de análise de uma *racionalidade narrativa*. É sob esse pano de fundo que se realiza a passagem de uma narratividade restrita para uma narratividade estendida.

Zilberberg (2006a, p. 121), em memorável capítulo intitulado *Greimas e o paradigma semiótico*, reforça o estatuto de “constante geral da produção da significação” atribuído à narratividade, que surge também

como “instância modal interestratos”. Esse estatuto de constante geral explicaria tanto a presença concentrada da narratividade em um lexema, como já confirmara Greimas, quanto seu desdobramento por sobre uma grande extensão discursiva. “Em ambos os casos, será sempre catalisável”.

Ao longo de várias reformulações, portanto, o modelo actancial da narratividade deixou de ser apenas um dispositivo organizador de textos narrativos, circunscrito a uma teoria semiótica da ação, para ser um modelo geral de interação ou, mais ainda, de produção do sentido via significação. Para Bertrand (2003, p. 298), a narratividade esquematiza “a própria comunicação entre os homens, da qual a narrativa é uma das formas privilegiadas de manifestação”. O autor acrescenta que não se trata de um simples esquema de comunicação como os da linguística clássica, pois “ele implica, pelo dispositivo de seus papéis, a focalização e os efeitos programados do discurso em ato” (Bertrand, 2003, p. 298), sendo esses focos e efeitos constitutivos do próprio esquema. Para ele, “a narrativa é uma cenografia exemplar do discurso em ato” (p. 299).

Sob esse ponto de vista, podemos considerar que a narratividade assume papel importante inclusive das condições de funcionamento da enunciação. O autor defende que não devemos nos espantar com o fato de que as estruturas e as relações entre actantes, reconhecíveis no interior dos discursos enunciados, sejam as mesmas que estruturam a realidade enunciativa das interações. Basta lembrarmos o que diz Greimas (1974, p. 7): “Não pretendo ir muito longe, quero dizer apenas que o que está implícito numa enunciação a partir do enunciado é uma estrutura actancial”.

2 A metaesquematização da narratividade e os desenvolvimentos da semiótica

Com base no que foi apresentado até aqui, a narratividade constitui o núcleo do pensamento semiótico de Greimas, pois é a partir dela que se projetam os desenvolvimentos da semiótica por ele antevistos. Greimas (1974) defendia que, subjacente à comunicação, a narrativa seria o lugar privilegiado para se estudar aquilo que ele chamou de “gramática sociosemiótica”, já que as formulações narrativas podem ser *transpostas* para a vida social em si mesma e seriam capazes de descrever o vasto domínio das conotações sociais.

É precisamente essa possibilidade de transposição das formulações narrativas para a vida social que nos interessa, tendo em vista que ela diz respeito ao alcance teórico da esquematização narrativa *lato sensu* nos vários domínios da semiótica. Nos estudos semióticos, curiosamente, pouco se comenta acerca dessa atividade de transposição do sentido, tão cara a Greimas

(1986 [1966], 1975). Segundo ele, uma semiótica só existe implicitamente, como possibilidade de descrição, enquanto o sentido seria apenas essa possibilidade de transcodificação. Somente o processo cognitivo da descrição dessa semiótica assegura-lhe existência concreta, ao mesmo tempo em que só pode ser concebida como produção de uma nova linguagem. Sendo assim, “o problema do sentido não se coloca, o sentido é colocado, se impõe como uma evidência” (Greimas, 1975, p. 12-15); daí a possibilidade de se falar dele, sempre mediante a operação de transposição deste sentido, isto é, de sua tradução.

Se os esquemas narrativos canônicos perderam relativamente sua pertinência teórica nas abordagens recentes da semiótica, o mesmo não deveria ser dito da esquematização estruturante da narratividade generalizada. Para além das críticas feitas aos esquemas narrativos canônicos, é preciso ressaltar, nessas abordagens, o alcance da narratividade como mecanismo de transposição do sentido. Senão vejamos.

Landowski (2013, 2014a, 2014b), por exemplo, inscreve sua sociossemiótica como um prologamento da semiótica *standard*, mas admite que retoma a problemática actancial e modal da gramática narrativa com certas reservas. Para ele, a sociossemiótica toma a forma de uma “crítica metódica do modelo *standard*”, pois adiciona à conceituação semio-narrativa clássica complementos que resultam num modelo novo, ao mesmo tempo “integrador e inovador”.

Um desses complementos seria a passagem de uma lógica da junção para uma lógica da união. Landowski (2004) assevera que o trabalho dos semioticistas clássicos se concentrava sobre a análise de interações que, em termos de gramática narrativa, podem ser caracterizadas como mediatizadas, por colocarem os sujeitos em interação apenas por intermédio de objetos de valor; assim cabia à posição desses objetos determinar, por junção, todas as variações de estado suscetíveis de afetar os sujeitos. Entretanto, ao lado dessa lógica da junção é preciso pensar também em uma lógica da união, que possa dar conta de processos de emergência do sentido e do valor que resultam diretamente das relações de copresença sensível, face a face ou corpo a corpo, entre actantes dotados de uma competência estética. Para ele, devemos tratar o mundo como uma totalidade que faz sentido, não apenas em termos modais, mas também em termos de estesia.

Com o foco no processo de interação entre sujeitos numa “zona de risco aceito”, Landowski pretende alargar o espectro da análise narrativa ao propor mais dois regimes de sentido e de interação, o ajustamento e o acidente, além da programação e da manipulação, já conhecidos no modelo clássico. O que os distingue sociossemioticamente são os princípios sobre os quais eles se fundam: de um lado, um princípio geral de *regularidade*, que torna previsível os papéis dos

actantes protagonistas da ação, de outro, um princípio de *intencionalidade*, cujo funcionamento supõe o reconhecimento recíproco dos parceiros da ação enquanto sujeitos dotados de competências modais (do tipo querer, saber, etc.). Ao lado desses, deve-se considerar também um princípio fundado na *sensibilidade*, que exigiria o *ajustamento* dos sujeitos na interação, e outro fundado na *aleatoriedade*. Isso justificaria a presença, nas interações, de uma lógica sensível (da ordem do fazer-ser) ao lado de uma lógica inteligível (da ordem do fazer-fazer). Com esses regimes de sentido e de interação, Landowski afirma ter superado os limites do modelo juntivo da semiótica narrativa clássica e criado novas possibilidades para a teoria, a fim de dar conta da diversidade de modos de apreensão do sentido na interação e tentar construir uma teoria geral do sentido.

A construção dessa “semiótica existencial” (Landowski, 2014) não impede, entretanto, a projeção da inteligibilidade esquemática da narratividade nas interações na dimensão do vivido, já que é preciso haver uma *narrativada* experiência sensível ou estética vivida nas interações, a fim de torná-la inteligível e comunicável. Para que isso ocorra, é necessário, no mínimo, uma descrição dos papéis dos “interactantes” e o ordenamento dos programas narrativos e das estratégias dessa interação.

Por conta disso, somos da mesma opinião de Fiorin (2014) quando defende que os regimes de sentido e de interação são, na verdade, modelos narrativos, governados por quatro lógicas complementares: a da regularidade para a programação, a da aleatoriedade para o acidente, a intencionalidade para a manipulação estratégica e a da sensibilidade para o ajustamento. Pensando dessa maneira, os regimes sociossemióticos de sentido se constituiriam como *processos* sintáxicos de um modelo geral de interação, parte integrante de um amplo *sistema* de narratividade.

No que diz respeito às *práticas semióticas* (Fontanille, 2008), os programas e percursos narrativos canônicos podem não ser adequados para fornecer uma descrição exaustiva de objetos situados em um nível de pertinência semiótica como é o das práticas, em que a participação pressuposta dos suportes de inscrição dos objetos ganha relevo na análise, como é o caso, por exemplo, das inscrições urbanas (pichações, grafites, etc.). No entanto, nada impede que a mobilização de uma estruturação actancial possa enriquecer ou complementar uma análise desse tipo. O próprio Fontanille (2007a; 2007b), muito embora admita a superação da narratividade, não consegue apagá-la, quando lança mão da metalinguagem narrativa (como, por exemplo, ao utilizar com frequência os termos destinador, destinatário, actante, papéis, manipulação de percursos concorrentes, actante posicional e actante transformacional), tanto para descrever *l'affichages* no

âmbito da semiótica das situações, como para definir o estatuto dos actantes no discurso em ato. Aliás, esse é um dos motivos por que preferimos o termo *semiótica das práticas* ao termo *práticas semióticas*.

Na semiótica cognitiva, Brandt (2014, p. 4) faz o mesmo movimento de Fontanille quando, ao defender a base cognitiva dos esquemas modais, assume que a integração modal fornece para o enunciatário uma “representação mental de uma situação dinâmica”, porém, mais adiante, diz que “as representações modais são, de fato, micro-dramas”¹.

Como se pode notar, o sistema da narratividade pode ser mobilizado em diferentes estratos de teorização e de uma análise semiótica, independentemente da natureza dos conjuntos significantes. Com isso, as críticas correntes feitas aos esquemas narrativos canônicos se justificariam somente no nível de uma narratividade restrita.

O fato é que não há interação ou prática consciente, estratégias de ação e nem formas de vida, sem a presença da lógica da narratividade. Uma semiótica das práticas ou das interações não pode dispensar o ordenamento narrativo da interação, isto é, uma macroestrutura capaz de prever minimamente a programação a que todos estamos submetidos, da qual dependem a manipulação, o ajustamento e, em última instância, o acidente, sob pena de o sentido não fazer sentido.

Levando-se em conta os argumentos apresentados até o momento, a mediação racionalizante da narratividade pode ser aplicada inclusive à semiótica tensiva, formulada por Zilberberg (2006a; 2006b). Esse modelo teórico, como sabemos, dá primazia ao contínuo, à afetividade, à irrupção do acontecimento e estatui a regência da intensidade sobre a extensidade. Trata-se, para o autor, da “prevalência” das modulações afetivas da intensidade em relação à resolução temporalizante e espacializante da extensidade, que devolveria ao sujeito o controle do seu estado, subitamente suspenso pelo acontecimento.

Diante disso, caberia falar de esquematização narrativa no modelo teórico da semiótica tensiva? Ora, a própria definição de tensividade apresentada por Zilberberg (2006b, p. 161) constitui argumento a favor dessa esquematização: a tensividade seria “o lugar imaginário em que a intensidade – ou seja, os estados de alma, o sensível – e a extensidade – isto é, os estados de coisas, o inteligível – unem-se uma a outra”.

Indagamos que “lugar imaginário” seria esse do qual nos fala Zilberberg. Parece ser o lugar criado metalinguisticamente pelo teórico ou analista, que deve lançar mão de uma linguagem de descrição para poder falar da dimensão afetiva *já vividos* textos e dis-

ursos. Não há como pensar em significação apenas na dimensão predominantemente sensível, pois não haveria articulação, estar-se-ia em estado interjectivo, como assinala Zilberberg (2011), e, sem articulação, o sensível não se estabiliza como o inteligido da significação. Daí, a possibilidade de formulação de uma “gramática dos afetos”. É por essa razão que Zilberberg (2011, p. 23) prudentemente afirma que “a questão é discernir, com toda a precisão possível, de que modo um *gerúndio*, vinculado ao acontecimento, converte-se em *particípio*, vinculado ao estado”:

De fato, se só houvesse acontecimentos, a própria categoria do acontecimento, no final das contas, ficaria virtualizada. Mas o sujeito se equilibra sobre a linha movente que separa as ações referentes ao porvir, de um lado – e que devem por equidade ser contadas a seu favor – e, de outro, acontecimentos que, como se costuma dizer, “o pegaram de surpresa”. (Zilberberg, 2011, p. 284)

Enfim, a nosso ver, não há como escapar da mediação racionalizante da ordem da narratividade, na medida em que o semiótico, na condição de analista, deve lançar mão de uma metalinguagem de descrição no momento da análise (considerando papéis actanciais, estados e transformações narrativas, etc.), ou seja, deve minimamente estabelecer a fronteira entre aquilo que é vivido ou sentido e aquilo que está sendo pensado ou analisado, como já previa o mestre lituano.

Conclusão

A despeito das várias reformulações do modelo teórico geral da semiótica, o conceito de narratividade mantém sua atualidade. Nenhum outro conceito da semiótica, arriscamo-nos a dizer, possui tanta elasticidade teórico-analítica. Talvez seja por esse motivo que Zilberberg (2006a, p. 101) reforce o fato de que o pensamento categorial da semiótica greimasiana repousa sobre a narratividade, e que ele “não poderia se contentar em controlar a aquisição das diferentes competências pelo sujeito: ele tem a vocação de tudo reclamar, tudo captar, tudo dominar”. É como se abusca pelo *sentido da vida* colocasse como exigência sua própria narrativização.

De acordo com Zilberberg (2006a, p. 106), um dos maiores gestos de Greimas foi libertar a sintaxe da “condição de realização”, ou seja, foi “discernir na narratividade do conto um *realizado* e, na sintaxe, um *realizável* passível de ser combinado com outras condições”. A sintaxe, no modelo greimasiano, é, portanto, “dotada de uma inteligibilidade especial”. Isso nos faz pensar em uma alternância dos modos de existência semiótica da narratividade, em que esta, ora se apresentaria *realizada*, pelos esquemas narrativos

¹ Tradução nossa do original: “[...] représentation mentale, d’une situation dynamique. [...] Les représentations modales sont en effet des micro-drames”.

canônicos, ora *atualizada*, na condição de esquema metassemiótico.

Essa possibilidade de transposição de um nível metassemiótico para outro, ampliaria sobremaneira o alcance teórico da narratividade nas mais diversas abordagens da semiótica. O modelo actancial da narratividade funcionaria, assim, como um *metaesquema* que mediará, de um lado, o hiato entre a concentração conceitual e categorial e, de outro, a dispersão das ocorrências. Como explicam Fontanille e Zilberberg (2001, p. 99), “a convocação de uma esquematização responde à necessidade de tratar com o máximo rigor uma heterogeneidade ou uma alteridade considerada, por outro lado, como constitutiva”.

Trata-se, efetivamente, de um dispositivo de apreensão do sentido, que, por possuir as propriedades sintáticas de condensação e expansão, pode ser mobilizado em vários níveis de teorização ou de análise, permitindo ao semioticista efetuar uma *análise da análise*, que poderia, em muitos casos, funcionar como uma instância de controle, a fim de que se mantenha o mínimo de homogeneidade conceitual, ou, se preferirmos, categorial, na descrição semiótica. Sob esse prisma, a crítica que geralmente se faz ao caráter lógico, abstrato e desencarnado da narratividade revelaria, na verdade, a outra face do conceito: seu alcance teórico como atividade de *transposição cientificamente orientada*, na medida em que o encarnamento ou desencarnamento dos conceitos, assim pensamos, diz respeito simplesmente a um efeito de sentido resultante do grau de adensamento semântico das transposições metalinguísticas realizadas pelo teórico analista².

Diante disso, a narratividade poderia perfeitamente ser reintegrada ao quadro atual das preocupações teórico-metodológicas da semiótica, sem que isso ofuscasse a formulação de novos conceitos teóricos e impedisse a ampliação dos horizontes de pesquisa. Somos da opinião de que o retorno frequente aos conceitos basilares da teoria não deveria ser visto como anacronismo. Como bem lembra o próprio Fontanille (2007, p. 22-23), “a ‘inovação’ teórica e metodológica é, frequentemente, um efeito de sentido do esquecimento ou de uma exclusão categórica anterior. Renovar não é, portanto, renegar”. Assim, o que antes era proibido passa a ser questionado e torna-se novamente possível; o que era excluído pode perfeitamente voltar ao domínio das preocupações de uma disciplina. Isso parece se aplicar à narratividade, especialmente se levarmos a sério a afirmação de Greimas (1974, p. 11) de que o discurso narrativo seria um “campo de experiência privilegiado para falar da Linguística, do que está implícito no discurso, do que está implícito na linguagem”.

Por fim, fica uma interrogação: seria a narratividade, *mutatis mutandis*, um esquema dos esquemas, um conceito catalisador na atividade teórica e analítica do semioticista? Se sim, a narratividade pode ser, com muita justeza, por um tempo ainda indeterminado, uma marca de identidade da semiótica herdeira de Greimas. ●

² Retomamos neste parágrafo parte da reflexão da comunicação intitulada “Análise da análise: uma transposição cientificamente orientada”, realizada no Encontro Intermediário do GT de Semiótica da ANPOLL de 2017, em Campo Grande, e elaborada em parceria com o professor José Américo Bezerra Saraiva, do Grupo de Estudos Semióticos da Universidade Federal do Ceará – SEMIOCE.

Referências

- Bertrand, Denis
2014. Narratologie, narrativité et régimes d'immanence. *Actes Sémiotiques* [En ligne], n° 117. Disponible sur: <http://epublications.unilim.fr/revues/as/5197>
- Brandt, Per Aage
1987. Entrevista a A. J. Greimas. Hacia una tercera revolución semiótica. *Morphé*. México, n. 3-4, ano 2.
- Brandt, Per Aage
2014. Sens et modalité – dans la perspective d'une sémiotique cognitive. *Actes Sémiotiques* [En ligne], n° 117. Disponible sur: <http://epublications.unilim.fr/revues/as/5085>
- Fiorin, José Luiz
2014. Prefácio. In: Landowski, Eric. *Interações arriscadas*. Trad. Luiza Helena Oliveira da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores.
- Fontanille, Jacques
2008. *Pratique Sémiotiques*. Paris: PUF.
- Fontanille, Jacques
2007a. *Semiótica do discurso*. Trad. Jean Cristtus Portela. São Paulo. Editora Contexto.
- Fontanille, Jacques
2007b. Affichages: de la sémiotique des objets à la sémiotique des situations. Actes des colloques. *Actes Sémiotiques* [En ligne]. Disponible sur: <http://epublications.unilim.fr/revues/as/1113>
- Fontanille, Jacques; Zilberberg, Claude
2001. *Tensão e significação*. Trad. Ivã Carlos Lopes; Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Humanitas – FFLCH/USP.
- Greimas, Algirdas Julien
1974. A enunciação: uma postura epistemológica. Trad. Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz. *Significação*. Revista Brasileira de Semiótica, n° 1, Centro de Estudos Semióticos A. J. Greimas: Ribeirão Preto (SP), 1974. pp. 09-25.
- Greimas, Algirdas Julien
1975. *Sobre o sentido*. Trad. Ana Cristina Cruz Cezar et alii. Petrópolis: Vozes.
- Greimas, Algirdas Julien
1983. *Du Sens II: essais sémiotiques*. Éditions du Seuil: Paris.
- Greimas, Algirdas Julien
1986 [1966]. *Sémantique structurale*. Paris: Presses universitaires de France.
- Greimas, Algirdas Julien
1983. Les actants, les acteurs et les figures. In: Grei-
- Landowski, Eric
2014a. *Interações arriscadas*. Trad. Luiza Helena Oliveira da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores.
- Landowski, Eric
2014b. Sociossemiótica: uma teoria geral do sentido. *Galáxia* (São Paulo, Online), n. 27. pp. 10-20. Disponível em: <http://dx.doi.org/101590/1982-25542014119609>
- Lopes, Edward
1989. Paixões no espelho: sujeito e objeto como investimento passionais primordiais. *CruzeiroSemiótico*, n° 11-12. pp. 154-160.
- Zilberberg, Claude
2006a. *Razão e poética do sentido*. Trad. Ivã Carlos Lopes; Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: EDUSP.
- Zilberberg, Claude
2006b. Síntese de gramática tensiva. *Significação*, n. 25. São Paulo: Annablume.
- Zilberberg, Claude
2011. *Elementos de Semiótica Tensiva*. Trad. Ivã Carlos Lopes; Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial.

Dados para indexação em língua estrangeira

Leite, Ricardo Lopes

Transposition and narrativity in the advances of current semiotics

Estudos Semióticos, vol. 13, n. 2 (2017)

ISSN 1980-4016

Abstract: *For a long time the concept of narrativity was at the pinnacle of the semiotic theory developed by Algirdas Julien Greimas. However, with the incorporation of new problems and, mainly, on the assumption that narrative schematization would not be able to handle an exhaustive and more adequate description of the singularities on non-verbal signifiers sets, practices and interactions that are closer to what is experienced by people, the narrative system was gradually ceasing to be a theoretical concern for semioticians. In order to pay tribute to the Lithuanian master, this article turns to the presence of narrativity in the developments of current semiotics. Our objectives are to highlight the centrality of this concept within Greimas' theoretical model, to examine the consequences of the passage from narrative stricto sensu to narrative lato sensu and, above all, to emphasize its theoretical reach, more than its function as a tool of analysis circumscribed to the generative path of meaning or as an emblematic concept of so-called classical semiotics. At the end, narrativity is assumed as a meta-schema, as a device for meaning transposition, which can be mobilized at different levels, depending on the theoretical or analytical perspective of the semiotician, in the various semiotic approaches that are part of Greimas' heritage.*

Keywords: *semiotics ; narrativity ; transposition ; schematization*

Como citar este artigo

LEITE, Ricardo Lopes. Transposição e narratividade nos desenvolvimentos da semiótica atual. *Estudos Semióticos*. [on-line], volume 13, n. 2 (edição especial). Editores convidados: Waldir Bevidas e Eliane Soares de Lima. São Paulo, dezembro de 2017, p. 51-58. Disponível em: (www.revistas.usp.br/esse). Acesso em "dia/mês/ano".

Data de recebimento do artigo: 03/09/2017

Data de sua aprovação: 05/11/2017
